



Reciclagem de EMBALAGENS

O compromisso do setor empresarial para aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Ao definir novos caminhos para encarar o desafio do lixo urbano, o Brasil começa a escrever uma importante página da sua história, com potencial de ganhos sociais, econômicos e ambientais. As transformações já em curso e as que estão por vir sustentam-se nos pilares da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010. Conforme determina a lei, governo, população e empresas devem compartilhar as responsabilidades na questão. Se cada qual fizer a sua parte para unir forças e colocar a legislação em prática, o esforço de reduzir impactos ambientais do lixo e melhorar a qualidade de vida nas cidades será mais eficiente e gerará mais benefícios.

Neste cenário, **organizações da indústria, comércio e catadores construíram conjuntamente um plano economicamente viável e socialmente justo** para recuperar e reciclar embalagens após o consumo dos produtos, evitando o descarte em aterros ou lixões. Apresentado nas páginas a seguir, o compromisso abrange desde o apoio estruturante às cooperativas de catadores de materiais recicláveis às ações educativas e instalação de pontos para entrega de resíduos pela população.



Um desafio de todos

A legislação estimula novos hábitos e muda a maneira como o País trata o lixo



Aprovada após duas décadas de debate, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) estabeleceu que reduzir a geração de lixo, coletar materiais recicláveis para retorno à produção industrial e achar soluções viáveis para o descarte é uma questão a ser enfrentada por todos. Em poucas palavras: o esforço para mudar a realidade do lixo não se restringe apenas ao governo federal, estadual ou municipal; nem somente aos fabricantes, lojas ou consumidores. Segundo a nova legislação, o compromisso para com os resíduos urbanos é da sociedade como um todo.

Partindo deste princípio, a lei define uma ordem de prioridades para lidar com o problema. Primeiro está a busca por não gerar lixo, por meio do consumo consciente. Depois, vem a necessidade de reduzi-lo, e então seguem a reutilização de materiais, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos – aquilo que não pode ser reciclado.

Ficou determinado que os municípios devem oferecer a coleta seletiva à população, acabando com os lixões. Para os aterros sanitários, com controle ambiental, só podem ir os rejeitos. Ao mesmo tempo, de maneira complementar, espera-se das empresas o recolhimento de produtos e embalagens após o consumo, de modo que sejam novamente transformados em matéria-prima para compor novas mercadorias – sistema conhecido como “logística reversa”.

A gestão dos resíduos passa a incorporar as cooperativas de catadores de materiais recicláveis como importantes aliadas. Ao priorizá-las na gestão dos resíduos, a nova lei consolida o modelo

brasileiro de reciclagem popular, associado à geração de emprego e renda e à proteção ambiental – reconhecido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente como referência para os países em desenvolvimento.

Desta forma, a busca por um novo padrão ambiental para as cidades induz oportunidades de renda e novos hábitos da população, consciente de que o problema é também de sua responsabilidade. A contribuição do consumidor vai desde a preferência por produtos e embalagens recicláveis até a separação do lixo reciclável em casa e a cobrança junto aos governantes por serviços municipais de coleta seletiva eficientes e abrangentes.

“São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (...) VII – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (...)”

(Lei N° 12.305, Cap. II, art. 6°)

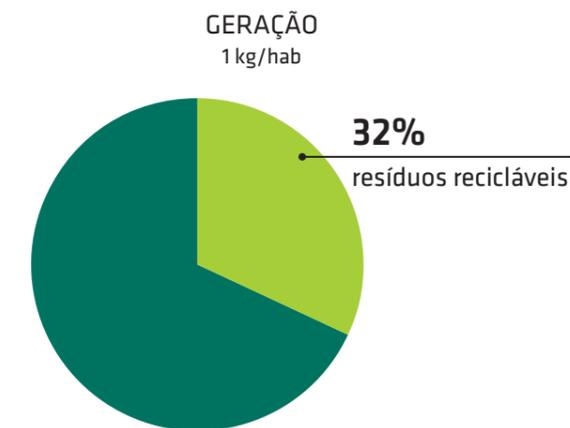
É hora de agir

Com o desenvolvimento econômico, mais brasileiros têm acesso ao consumo, o que significa maior geração de lixo. Diante disso, cada vez mais, os hábitos de compra e a consciência sobre seus impactos são fatores decisivos para a qualidade de vida no planeta. A razão é simples. Quase tudo que a população consome vem da natureza: o alumínio das latas, o plástico e o papel das demais embalagens, o aço dos carros e edifícios, a madeira dos móveis e os minerais contidos nos chips de computadores, por exemplo. Além disso, para fabricar produtos e prestar serviços necessários à população, as empresas utilizam água, energia e outros recursos vitais que poderão faltar se forem desperdiçados ou usados em excesso.

A reciclagem de embalagens após o uso dos produtos permite economia de insumos naturais e evita poluição do solo e da água, o risco de doenças e outros danos para as cidades, como deslizamentos de terra e enchentes. Mais que isso, unir forças para enfrentar o desafio dos resíduos é especialmente importante em tempos de luta contra as mudanças climáticas. No Brasil, a boa gestão do lixo tem o potencial de reduzir em até 5% as emissões de carbono que agravam o efeito estufa, segundo o Centro de Tecnologia de Embalagem (CETEA).

“Devemos trabalhar desde já, testar diferentes arranjos e dar um passo após o outro, sem adiamentos”,
Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente

PANORAMA DOS RESÍDUOS



MUDANÇAS COM A LEI DE RESÍDUOS

	ANTES	DEPOIS
PODER PÚBLICO	Pouca prioridade para a questão do lixo urbano	Municípios devem traçar um plano para gerenciar os resíduos da melhor maneira possível, buscando a inclusão dos catadores
	A maioria dos municípios destinava os dejetos para lixões a céu aberto	Lixões passam a ser proibidos e devem ser erradicados até 2014, com a criação de aterros que sigam as normas ambientais
	Sem aproveitamento dos resíduos orgânicos	Municípios devem instalar a compostagem para atender a toda a população
	Coleta seletiva ineficiente e pouco expressiva	Prefeituras devem organizar a coleta seletiva de recicláveis para atender toda a população, fiscalizar e controlar os custos desse processo
EMPRESAS	Falta de organização	Municípios devem incentivar a participação dos catadores em cooperativas a fim de melhorar suas condições de trabalho
	Inexistência de regulação sobre os investimentos privados na administração de resíduos	Legislação prevê investimentos das empresas no tratamento dos resíduos
	Poucos incentivos financeiros	Novos estímulos financeiros para a reciclagem
	Desperdício de materiais e falta de processos de reciclagem e reutilização	A reciclagem estimula a economia de matérias-primas e colabora para a geração de renda no setor
CATADORES	Sem regulação específica	Empresas apoiam postos de entrega voluntária e cooperativas, além de garantir a compra dos materiais a preços de mercado
	Manejo do lixo feito por atravessadores, com riscos à saúde	Catadores devem se filiar a cooperativas de forma a melhorar o ambiente de trabalho, reduzir os riscos à saúde e aumentar a renda
	Predominância da informalidade no setor	Cooperativas devem estabelecer parcerias com empresas e prefeituras para realizar coleta e reciclagem
	Problemas tanto na qualidade como na quantidade dos resíduos	Aumento do volume e melhora da qualidade dos dejetos que são reaproveitados ou reciclados
POPULAÇÃO	Catadores sem qualificação	Os trabalhadores passam por treinamentos para melhorar a produtividade
	Separação inexpressiva de lixo reciclável nas residências	População separa o lixo reciclável na residência
	Falta de informações	Realização de campanhas educativas sobre o tema
	Atendimento da coleta seletiva pouco eficiente	Coleta seletiva é expandida

Como reciclamos as embalagens

Indústria e comércio se unem para ampliar o sistema de coleta e retorno dos materiais à produção



Para colocar a lei de resíduos em prática, uma coalizão empresarial liderada pelo CEMPRE construiu um caminho viável para aumentar significativamente o recolhimento de embalagens após o uso dos produtos pela população. O diálogo iniciou-se a partir do edital publicado pelo Ministério do Meio Ambiente, convocando propostas para a definição do sistema de reciclagem mais apropriado à realidade brasileira. A união de forças gerou um plano de compromissos e investimentos, respaldados por um amplo estudo de viabilidade econômico-financeira que demonstra os benefícios do modelo.

O objetivo principal é reduzir em 22% a quantidade de embalagens hoje destinada

a aterros ou lixões no Brasil no prazo de dois anos. Para atingir a meta, as ações empresariais delineadas na proposta terão como base a expansão das cooperativas de catadores, o aumento da coleta seletiva oferecida pelos municípios, a instalação de pontos de entrega de resíduos pela população e campanhas de conscientização. A linha de trabalho, os compromissos, o método para contabilidade das embalagens recicladas e a governança do sistema comporão o “acordo setorial” assinado junto ao Comitê Orientador para a Implantação da Logística Reversa (CORI), reunindo cinco ministérios.

Dos fabricantes de bebidas e alimentos às grandes redes de supermercado, a iniciativa envolve organizações que

agrupam centenas de empresas produtoras e usuárias de embalagens, além de importadoras e comerciantes de produtos não perigosos. Com alta representatividade no mercado, a proposta prevê investimentos na melhoria contínua da cadeia de reciclagem no país, com respeito às conquistas históricas do setor, principalmente no que diz respeito aos ganhos sociais.

Na primeira etapa, o plano prioriza 12 capitais brasileiras e suas regiões metropolitanas, responsáveis por 38% do lixo gerado no país. Os esforços se concentram em aumentar a recuperação da parte seca dos resíduos urbanos mediante a criação de um sistema estruturante e consistente de reciclagem para triplicar

a atual capacidade produtiva das cooperativas de catadores.

A segunda frente de trabalho nas cidades abrangidas pelo plano é a garantia de compra, a preço de mercado, dos materiais recicláveis processados pelas cooperativas em centros de triagem mantidos pelas prefeituras. A aquisição dos resíduos respeitará critérios de localização, volume, qualidade e capacidade instalada das empresas, e deverá ser efetivada pelo comércio atacadista de materiais recicláveis e/ou diretamente por indústrias de reciclagem (transformação).

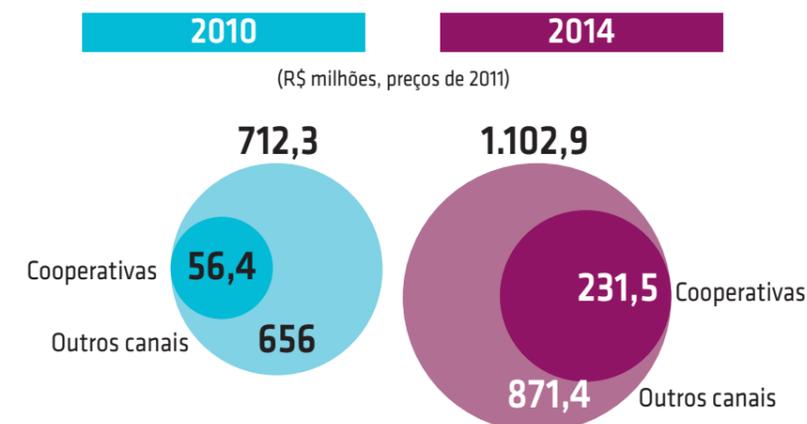
Na terceira linha de ação está o fortalecimento da parceria entre indústria e comércio para triplicar os Pontos de Entrega Voluntária (PEV) para recebimento de materiais deixados pela população – alvo de campanhas educativas para separação e destinação correta dos resíduos.

Sob a coordenação do CEMPRE, a coalizão empresarial fará a gestão e operação do sistema de logística reversa de embalagens, considerando seis diferentes etapas da cadeia produtiva: separação dos resíduos pelo consumidor, encaminhamento para coleta seletiva, cooperativas ou PEV, transporte, triagem, classificação dos materiais nas cooperativas ou comércio atacadista e envio para processamento nas recicladoras. Ao fim do processo, a indústria de reciclagem e os exportadores de sucata farão a quantificação das embalagens e

“As ações coordenadas do setor empresarial permitirão atingir metas mais rapidamente”,

Paulo Pompilio, da ABRAS

FATURAMENTO DE COOPERATIVAS NAS 12 CIDADES DO PLANO*



*Estimativa de crescimento em função do aumento da coleta seletiva municipal

Fonte: SNIS e IPEA. Elaboração: LCA Consultores

reportarão os volumes totais com base em normas da ABNT.

Os resultados e o cumprimento das metas serão acompanhados por um comitê técnico a partir de relatórios periódicos elaborados pelas diferentes associações empresariais ligadas à reciclagem de plásticos, papel e papelão, metais e outros

materiais das embalagens. Após auditoria, os dados comporão relatório anual enviado ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR). Depois da análise dos avanços e obstáculos da primeira etapa, serão definidas as estratégias de ação em nível nacional para a segunda fase até 2019.



“Na implementação e operacionalização do sistema de logística reversa poderão ser adotados procedimentos de compra de produtos ou embalagens usadas e instituídos postos de entrega de resíduos recicláveis, devendo ser priorizada, especialmente no caso de embalagens pós-consumo, a participação de cooperativas (...)”

(Decreto N° 7.404, de 23/12/2010. Título III, Cap. III, Art. 18, § 1º)



O fortalecimento dos catadores

Cooperativas recebem apoio do governo e das empresas para capacitação, equipamentos e estruturação da triagem dos materiais recicláveis

Os catadores de materiais recicláveis assumem papel protagonista como parceiros das empresas, população e governo para uma nova maneira de lidar com os resíduos urbanos. Eles constituem elo fundamental da cadeia da reciclagem, atuando em diferentes etapas – da coleta seletiva nas residências à triagem e fornecimento dos materiais às indústrias. Devido a essa importância, o

fortalecimento das cooperativas de catadores está no cerne dos objetivos do plano para a logística reversa de embalagens. Para aumentar a coleta e atingir as metas de reciclagem estabelecidas pelo acordo entre empresas e governo, o compromisso é triplicar a produção das cooperativas das 12 capitais que integram o plano com investimentos em galpões de triagem, equipamentos e capacitação técnica e gerencial. O estudo de viabilidade econômico-financeira encomendado pelo CEMPRE indica que há um grande espaço para o aumento da eficiência das cooperativas. Expandindo a triagem e a venda direta para os recicladores, a renda média por catador tende a crescer de 33% a 101%, dependendo dos preços da sucata obtidos pelas cooperativas.

No Brasil, estima-se a existência de 600 mil catadores. Entre os quais, cerca de 60 mil estão organizados em cooperativas, responsáveis por 18% dos resíduos separados para reciclagem no País em 2012. A maior parte da triagem ficou a cargo das empresas atacadistas de materiais recicláveis.

Medidas como a criação de quase 15 mil novos postos de trabalho nas cooperativas apoiadas pela coalizão empresarial, com intuito de reduzir a informalidade e aumentar a separação de materiais, são estratégias para tornar o plano de reciclagem viável e possibilitar o cumprimento da lei de resíduos na prática.

Os catadores são reconhecidos pela legislação como prioridade na gestão de resíduos urbanos. Nos últimos anos, a partir de políticas públicas do governo federal e apoio de parte do setor empresarial proativo, as cooperativas passaram a ter maior acesso a recursos financeiros e apoio para a comercialização de materiais recicláveis, além de qualificação para o trabalho com maior eficiência e segurança. Em função dos benefícios sociais e ambientais, o ofício dos catadores é mais valorizado pela população, que se sente incentivada a fazer a sua parte separando os resíduos nas residências. O sistema de logística reversa de embalagens proposto pelas empresas chega para reforçar a nova realidade, aumentando a escala dos ganhos.

PRODUTIVIDADE DAS COOPERATIVAS

COOPERATIVAS
(ton/cooperativa/dia)



*Projeção para o País baseada no aumento da coleta seletiva nas 12 cidades do plano



“As cooperativas devem ser estruturadas e remuneradas como prestadoras de serviços ambientais”,
Roberto Laureano, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

Expansão da coleta municipal

Em quatro anos, o número de municípios brasileiros que operam coleta seletiva de resíduos para reciclagem mais que dobrou, segundo a pesquisa Ciclossoft, realizada pelo CEMPRE. O crescimento acentuado é reflexo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010, estabelecendo o prazo de quatro anos para o fim dos lixões. A nova lei despertou a gestão municipal e mobilizou o debate sobre o tema.

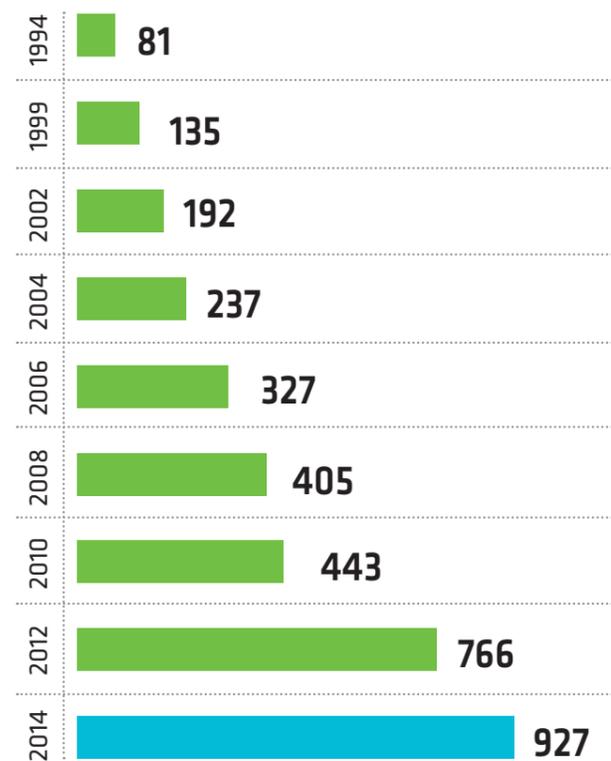
Apesar do avanço, o cenário ainda está longe do ideal. A coleta seletiva abrange apenas 17% dos municípios brasileiros e nas capitais mais populosas o serviço cobre apenas uma parcela dos habitantes. Além disso, no Brasil, há disparidades regionais: os programas municipais estão concentrados no Sul e Sudeste e, no total, beneficiam apenas 13% da população brasileira.

Para aumentar a reciclagem em 20% no Brasil, elevar a renda dos catadores e, no final das contas, viabilizar o sistema de logística reversa, a coalizão empresarial prevê a necessidade de que pelo menos 90% da população das cidades contempladas pelo plano seja atendida pela coleta seletiva. Como resultado, deverá ser gerado um ganho econômico de R\$ 1,1 milhão por dia na coleta e triagem dos materiais nessas capitais.

Novos modelos de gestão de resíduos se desenvolvem no País a partir da legislação, que estipula a elaboração de planos municipais para a busca de soluções como condição para acesso a recursos públicos federais, como os que se destinam à estrutura de coleta e aterros sanitários. Entre os exemplos em curso está a remuneração de cooperativas de catadores para a execução do serviço em lugar de empresas de limpeza urbana. Em alguns casos, a participação dos catadores melhora a eficiência da coleta seletiva e reduz custos.

Em 2014, a coleta de resíduos para reciclagem é 4,6 vezes mais cara em relação à convencional. De acordo com o estudo Ciclossoft, em metade das cidades pesquisadas a prefeitura apoia a estruturação de cooperativas de catadores de diferentes modos ou as utiliza para a coleta seletiva municipal. Nas cidades onde a reciclagem é mais exitosa, há uma combinação de diferentes modelos, incluindo a coleta porta a porta e a entrega de resíduos pela população em estações de reciclagem.

MUNICÍPIOS COM COLETA SELETIVA NO BRASIL



Fonte: Ciclossoft, 2014

Benefícios para a indústria de reciclagem

Aumento da coleta impulsiona novas aplicações para os materiais



Para garantir bons resultados, a coalizão empresarial de embalagens investirá na melhoria contínua da cadeia de reciclagem. Na ponta final está o parque industrial que absorverá os materiais separados do lixo, transformando-os em matéria-prima para novos produtos. Em 2012, a coleta, triagem e processamento de resíduos nas indústrias recicladoras gerou receita de R\$ 10 bilhões, segundo estimativa do CEMPRE.

O potencial de faturamento é muito superior na perspectiva das metas para aumento da reciclagem, com reflexos na geração de empregos e no desenvolvimento econômico local. Hoje, o desperdício impede ganhos maiores. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que o País perde R\$ 8 bilhões por ano ao enterrar lixo que poderia ser reciclado.

Nos últimos anos, fabricantes de embalagens e indústrias que as utilizam em seus produtos desenvolveram inovações

para viabilizar maior qualidade e diversificação no uso de matéria-prima reciclada. Novas tecnologias têm o potencial de aumentar o valor do material, como o alumínio das latas de bebida, reutilizado na fabricação de novas chapas metálicas com expressiva economia de energia. De igual modo, fibras extraídas de garrafas PET são valorizadas e têm largo uso na indústria de tecelagem.

À medida que o consumo aumenta, com maior necessidade de proteger os produtos para aumentar o alcance dos benefícios e evitar desperdícios, abrem-se mais oportunidades para a reciclagem. Entre os exemplos, está o reaproveitamento do papel, alumínio e plástico contidos nas embalagens longa vida. Os materiais impulsionam negócios que vão da fabricação de telhas para construção civil à produção de papelão reciclado para diversos fins, inclusive para produção de palmilhas de sapato e tubetes para plantio de mudas.

“Além da coleta seletiva, é necessário investir na expansão da demanda da indústria por materiais recicláveis”, Victor Bicca, presidente do CEMPRE

A consolidação do parque reciclador é chave para o escoamento dos materiais da coleta seletiva em expansão, com equilíbrio entre oferta e demanda da sucata, sem impactos negativos nos preços. Políticas de incentivo adotadas pelo governo teriam a função de fortalecer o setor. Segundo o estudo de viabilidade para a logística reversa de embalagens, a redução de impostos poderia aumentar em mais de um terço a renda de toda a cadeia da reciclagem.